

**Conferência “Autarquias, Empresas e Cidadãos” | Fundação
AIP**

22 de setembro

Centro de Congressos de Lisboa – Lisboa

Intervenção da Ministra da Modernização do Estado
e da Administração Pública

Senhor Presidente da Fundação AIP, Dr. Jorge Rocha de Matos;

Senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios
Portugueses (ANMP), Manuel Machado;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

As minhas primeiras palavras são de agradecimento pelo convite para estar presente nesta conferência, que se destaca não só pela pertinência do tema, mas sobretudo pela qualidade das oradoras e dos oradores presentes.

Quando falamos de autarquias, empresas e cidadãos, falamos de governação de proximidade. Como tenho dito tantas vezes, falamos daqueles que estão mais perto das populações, que conhecem as

suas necessidades reais, as suas expectativas e que, por isso, conseguem gerir com maior precisão e eficácia os recursos públicos.

São os autarcas que, na primeira linha, são confrontados diariamente com os desafios da sustentabilidade que hoje se impõem às cidades e aos territórios: desde a emergência climática à transição energética, passando pela transformação digital, a mobilidade sustentável, a economia circular e a saúde e o bem-estar das populações.

Como referia o Senhor Presidente da Fundação AIP, no amável convite que me dirigiu, as boas práticas em cada uma destas áreas contribuem em muito para a atratividade das cidades e para a melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos.

A atenção do Governo ao tema dos territórios inteligentes foi desde logo sinalizada no seu programa, onde inscrevemos como objetivo incentivar “intervenções integradas de desenvolvimento urbano sustentável que visem a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações”

Já no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia e materializando duas das suas prioridades – a Europa Verde e a Transição Digital – Portugal vai realizar um Fórum dedicado às

“Cidades Inteligentes”, em 2021, dando expressão à política de intervenção local na área da sustentabilidade.

Mas o que são afinal estas ‘smart cities’ ou cidades inteligentes? De forma muito resumida, são cidades que recorrem à tecnologia para criar melhores serviços públicos, para fazer uma melhor utilização dos recursos e para diminuir o impacto ambiental, automatizando funções como a gestão dos edifícios ou dos sistemas de trânsito.

Uma cidade inteligente é uma cidade criativa e sustentável, que parte da participação das pessoas para potenciar o desenvolvimento económico e melhorar a qualidade de vida de todos.

Mas se a interação com os cidadãos é fundamental, os exemplos de cidades inteligentes de que hoje dispomos tornam evidente o potencial de um triângulo estratégico, que envolve a administração pública (central e local), as universidades e as empresas, na construção de verdadeiras soluções de futuro.

Enquanto titular de uma área governativa que engloba a modernização do Estado, a administração pública e a administração local, vejo com muito entusiasmo o papel dinamizador que a ANMP tem assumido nesta matéria, designadamente através da criação da Rede Nacional de Cidades Inteligentes.

A tecnologia e a digitalização são também instrumentos fundamentais para:

- contrariar a baixa densidade populacional no interior do país, por um lado; e
- solucionar problemas tão prementes como a carência de habitação, a melhoria da mobilidade e o limite de recursos disponíveis (como água, energia e espaço) nos grandes centros urbanos, por outro.

E isto porque a tecnologia facilita a **deslocalização de serviços públicos para o interior, através da portabilidade dos postos de trabalho, do teletrabalho e das soluções de “co-working”**, até partilhadas entre a Administração central e a Administração local, tal como já está previsto na Estratégia para a Inovação e a Modernização do Estado e da Administração Pública para 2020-2023.

Meus senhores e minhas senhoras,

Vejo também com muito otimismo a forma como a administração pública tem respondido aos desafios da sustentabilidade, assumindo com frequência a função de motor deste ecossistema de inovação

onde nascem as soluções que nos tornarão globalmente um país cada vez mais inteligente. Dou-vos alguns exemplos:

Através do Programa de Eficiência Energética na Administração Pública «ECO.AP», o Estado comprometeu-se com a progressiva descarbonização do setor público e estabeleceu como meta a redução, em 30%, dos consumos de energia nos seus serviços e organismos. É um objetivo ambicioso que, já este ano, decidimos reforçar estabelecendo, na estratégia desta área governativa que, até 2023, todas as secretarias-gerais terão de participar ativamente no Programa «ECO.AP», contribuindo para o cumprimento das metas de eficiência energética.

Em matéria de interoperabilidade, lançámos, em junho, o novo portal da Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública, que veio facilitar a gestão e melhorar a comunicação entre os diversos serviços. Foi aliás esta plataforma, agora renovada, que permitiu implementar a Tarifa Social de Energética Automática, recentemente distinguida pelos prémios de serviço público das Nações Unidas.

Este projeto permitiu atribuir a tarifa social de energia de forma totalmente automática sem necessidade de qualquer ação por parte do beneficiário, recorrendo aos dados já existentes na administração pública, disponíveis na Plataforma iAP. E o resultado é impactante:

mais de 800 mil famílias economicamente vulneráveis passaram a beneficiar da tarifa social de energia sem terem de o solicitar.

A plataforma de interoperabilidade – que conta com 123 entidades públicas e privadas cujos serviços comunicam entre si, assegurando a necessária proteção de dados – garante ainda outros serviços como:

- a troca de informações entre as várias entidades que participam no ciclo de vida do Cartão de Cidadão;
- a atribuição automática de bolsas no ensino superior; e
- o envio de prescrições médicas para o telemóvel de forma totalmente desmaterializada.

Tudo isto resulta no aumento da qualidade da resposta dos serviços públicos e traduz-se em números expressivos: 6 mil milhões de euros em poupança para o Estado e cerca de 400 milhões de horas poupadas aos cidadãos desde 2007. Em termos de sustentabilidade ambiental, foi possível neutralizar 468 toneladas de carbono, deixar de emitir cerca de 75 mil toneladas de CO₂ e poupar 30 mil árvores nos últimos 13 anos.

Em Portugal, a Administração Pública é a alavanca da transição digital. Prova disso é que Portugal está no 3º lugar do ranking europeu eGovernment Benchmark, que avalia a prestação dos serviços públicos digitais na União Europeia.

E se o digital já era uma aposta clara deste Governo, a crise que atravessamos veio torná-lo incontornável e urgente. Durante o período de confinamento reforçámos a comunicação e a resposta dos serviços públicos digitais e os portugueses aderiram de forma muito significativa.

Prova disso são as adesões à Chave Móvel Digital, que atingiram esta semana os 2 milhões, encontrando-se ativas mais de 1,3 milhões. Só no mês de agosto, registaram-se mais de 94 mil novas adesões. Até ao final de agosto deste ano, o número de autenticações eletrónicas (através de CC ou CMD) ultrapassou 8 milhões, superando já o número total de 2019 (cerca de 7,5 milhões).

O atendimento online através do portal dos serviços públicos – o ePortugal.gov.pt – também cresceu exponencialmente, com um registo superior a 20 milhões de acessos, entre fevereiro e setembro. No que respeita especificamente aos serviços para empresas, desde o início do ano e até 1 de setembro, deram entrada através do ePortugal.gov.pt mais de 56 mil pedidos, dos quais cerca de 90% já foram tramitados.

O Portal ePortugal disponibiliza centenas de serviços digitais que vão desde a renovação ou alteração da morada no cartão de cidadão à revalidação da carta de condução, passando pelas matrículas no

ensino pré-escolar, básico e secundário e pela marcação de consultas no centro de saúde.

Estes são alguns exemplos da “Administração Pública inteligente” que queremos potenciar. Para isso contamos com todos: cidadãos, empresas, autarquias, universidades e trabalhadores públicos.

Neste período em que foi necessário reduzir em grande escala o atendimento presencial, foi possível tirar partido da infraestrutura de serviços públicos digitais e da dinâmica de inovação e modernização em que temos vindo a investir nos últimos anos, designadamente através de programas como o SIMPLEX.

Citando a Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030 é necessário reforçar o caminho que tem vindo a ser trilhado por um conjunto de “cidades que há muito apostam na mobilidade inteligente, que têm projetos inovadores na gestão dos ciclos urbanos, que estão na linha da frente na luta pela descarbonização e transição energética”.

Este documento aponta a importância de construir “uma plataforma competitiva que providencie soluções para gerir as cidades inteligentes, para lançar e dinamizar a internet das coisas, para potenciar o Big Data e para desenvolver o ecossistema de inovação

colocando-o ao serviço da transformação da economia e da criação de condições favoráveis ao setor público para prestar melhor serviço e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida ao cidadão.

Estes são, em suma, temas que, sendo relevantes no presente, adquirem toda uma nova dimensão reforçada para o futuro, no processo de recuperação económica e reforço da coesão social e territorial.

Hoje, preparamos as soluções que amanhã serão capazes de responder de forma integrada e em tempo real aos diferentes desafios que vamos encarar enquanto sociedade. Soluções que se querem inclusivas e eficientes na utilização dos recursos, mas também geradoras de valor acrescentado e criadoras de novas oportunidades.

Muito obrigada!